
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

RELATÓRIO INSTITUCIONAL - 2011









Apresentação

Você está convidado a conhecer os principais trabalhos que as equipes da OPAN desenvolveram em 2011.

Nesta edição do nosso relatório anual, apresentamos uma seleção de artigos sobre a importância do debate indígena diante de crescentes ameaças a direitos conquistados, abordamos os principais embates sobre os quais nos debruçamos no contexto da Rio+20, e destacamos o acompanhamento da OPAN acerca das discussões climáticas.

Em 2011 a OPAN encerrou o convênio que mantinha com a FUNASA desde 2000, contabilizando excelentes resultados no atendimento à saúde indígena no noroeste de Mato Grosso.

Você conhecerá os destaques da nossa atuação no Amazonas e no Mato Grosso, além de informações sobre a gestão financeira.

Boa leitura!
Operação Amazônia Nativa

Índice

Apresentação	5
Rio+20: Embate de paradigmas.....	6
12 anos de excelência no atendimento à saúde indígena	9
O debate climático na pauta indígena.....	10
Direitos indígenas ameaçados.....	12
A OPAN e a construção de planos participativos de gestão territorial indígena	13
Ações da OPAN no Amazonas: terras indígenas e biodiversidade.....	14
A OPAN se volta para o sul do Amazonas	18
Programa Mato Grosso	20
Planos de gestão territorial indígena: onde e como estamos facilitando sua elaboração	22
Manejo sustentável dos recursos naturais: propostas econômicas como alternativas ao desmatamento	24
Enriquecimento das roças e quintais.....	26
Gestão financeira	28
Publicações e produções audiovisuais	30
Equipe 2011	32
Expediente e parceiros	33

Rio+20: Embate de paradigmas



No início da década de 80, o mundo começou a ser alertado sobre o perigo das mudanças climáticas. Em 1987, a Comissão Brundtland chamou a atenção sobre a perda de biodiversidade, colocando no cenário mundial o termo desenvolvimento sustentável como um “desenvolvimento que possa atender as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas”. Já naquele momento se pretendia tecer de maneira mais harmônica a dimensão econômica, ambiental e a igualdade social. Na Rio 92, deu-se um impulso forte para elaboração de marcos regulatórios em relação a mudança climática, biodiversidade e desertificação. Adotou-se a agenda 21 e, no ano 2000, na Declaração do Milênio, os Estados membros da ONU se comprometem a “defender os princípios de dignidade humana, igualdade e equidade no plano mundial”, priorizando os habitantes mais vulneráveis do planeta, especialmente as crianças. Desde então, vêm se sucedendo inúmeros congressos, e encontros de todo tipo buscando alinhar soluções concretas e eficazes. Mas aonde chegamos?

A Civil Society Reflection Group on Global Development, numa declaração preliminar, faz uma análise muito interessante deste processo, evidenciando o forte retrocesso em termos ambientais e o aumento profundo das desigualdades, reafirmando ainda oito princípios universais que deveriam ser a base de um novo acordo de sustentabilidade dos direitos. Esses princípios dão conta da urgente necessidade de mudar a forma de pensar, assumindo a importante responsabilidade da Rio+20 para impulsionar esta mudança, que, segundo eles, deve vir com a restauração dos direitos públicos sobre os privilégios das empresas, priorizando a equidade e resgatando a natureza, ou seja, necessariamente passando por mudanças nas formas de viver.

Nas últimas décadas, temos visto como a prevalência conceitual do termo “desenvolvimento” se referiu fundamentalmente a crescimento, relegando o sustentável a um segundo porque, como alguns afirmam, a lógica de “primeiro crescer para depois desenvolver” continua imperando. Segundo Alejandro Channon (UNAM) estreitou-se a visão sobre o

desenvolvimento humano, “hoje, ela encolhe para um mínimo que é mais próximo a uma desculpa moral do que a uma vontade real de resolver os problemas”.

Passaram-se 20 anos desde a Eco 92 e se fugiu de colocar na pauta da Rio+20 uma avaliação dos processos e resultados. Talvez porque avaliar fracassos e retrocessos significaria necessariamente “enxergar” imperativas mudanças de rumo. Encontramos desta forma uma pauta que apresenta o futuro através da chamada Economia Verde. Em 2011 a ONU lança o Rascunho Zero, intitulado “O futuro que queremos”, muito criticado por organizações sociais dos quatro continentes, por insistir no modelo econômico atual, grande responsável pelos problemas que vivemos hoje (aumento da desigualdade e pobreza, exploração indiscriminada dos recursos naturais, insegurança alimentar etc.) por não incorporar novos paradigmas para a resolução dos problemas. Segundo os críticos do Rascunho Zero, ele ignora a justiça social, os direitos humanos e a justiça ambiental, “opta pelo crescimento e expansão do atual modelo econômico capitalista tornando-o verde e transformando todos os serviços dos ecossistemas em commodities e produtos de mercado”. Com isso, se aponta uma direção que fortalece ainda mais a liberalização comercial como uma das chaves do desenvolvimento sustentável e coloca o setor privado como o principal motor no caminho da sustentabilidade.

Outra questão fundamental é a propriedade e o controle dos recursos naturais. Em setembro de 2011 se fazia público um estudo do Instituto Federal de Tecnologia da Suíça (ETH Zürich) sobre as redes corporativas transnacionais. O estudo se baseou na análise de 43.060 empresas localizadas em 116 países. Desse conglomerado chegaram a 147 companhias que são as que controlam quase o 40% do valor monetário de todas as empresas transnacionais (em 2007). O documento exhibe o fato de que os principais atores do poder realizam suas operações numa rede de controle muito estreita, e poder-se-ia pensar nos atores que estão no núcleo deste poder como uma superentidade na rede global de corporações. Três quartos desse núcleo são intermediários financeiros, ou seja, bancos, companhias de seguros, etc.


No documento “Quem controlará a economia verde?” publicado pelo Grupo ETC –

“147 companhias controlam quase o 40% do valor monetário de todas as empresas transnacionais (em 2007). Os principais atores do poder realizam suas operações numa rede de controle muito estreita, Três quartos de seu núcleo são intermediários financeiros, ou seja, bancos, companhias de seguros, etc.”

organização internacional da sociedade civil que pesquisa os impactos ambientais, sociais e econômicos relacionados a novas tecnologias, em nível global e especialmente sobre os povos indígenas, comunidades rurais e biodiversidade – podemos fazer uma ideia da nova “galáxia corporativa global” que está convergindo para o controle da biomassa. Afirma-se que a “economia verde”, promovida como chave para a sobrevivência do planeta, consiste em substituir a extração de petróleo pela exploração da biomassa (cultivos de alimentos e têxtil, pastos, resíduos florestais, azeites etc.) ou seja, a não dependência futura dos combustíveis fósseis, indo na direção da transformação de matérias-primas biológicas através de alta tecnologia baseada na bioengenharia.

No documento, analisam-se as maiores corporações e governos mais poderosos do mundo, que estão apostando nessas novas tecnologias (genoma, nanotecnologia, biologia sintética) para transformar a biomassa em produtos de alto valor, sendo que os grandes depósitos atuais de biomassa terrestres e aquática encontram-se no sul global e são custodiados por comunidades tradicionais, pescadores, povos indígenas. O grupo ETC alerta: “a bioeconomia propiciará uma maior convergência do poder corporativo e desatará a maior apropriação de recursos já visto em mais de 500 anos. Os ‘amos’ da biomassa corporativos estão em condições de mercantilizar a natureza numa escala sem precedentes, destruindo a biodiversidade e deslocando os povos marginalizados.”

Nesse cenário complexo, diversos posicionamentos em relação “a polêmica e confusa economia verde” são apontados: os que resistem contra ela por entender que seja um novo



ciclo do capitalismo que visa transformar bens comuns como água, atmosfera, florestas, em mercadorias para apropriação de empresas privadas, acumulação e especulação; e os que consideram improdutivo gastar recursos e tempo na discussão de um novo conceito, tirando o foco do que poderia realmente gerar mudanças, fazendo da “economia verde” uma cortina de fumaça para fugir do enfrentamento dos problemas reais, visando unicamente a oportunidade para novos negócios. Temos ainda os que consideram a proposta da “economia verde” como uma ferramenta de mudança que visa articular instrumentos e práticas econômicas capazes de trazer o foco para questões ambientais e sociais.

Mais recentemente, trabalha-se por uma “uma reinvenção do mundo” visando uma biocivilização que carrega no seu ventre um novo paradigma. “A ideia de uma biocivilização é no sentido de buscar um novo paradigma civilizatório. Isto representa um desafio enorme, de ordem filosófica e política, pois consiste em desarticular os supostos pensamentos e ações que já fazem parte do senso

comum e que, por isso mesmo, são pilares da civilização capitalista industrial, produtivista e consumista, machista e racista que invade nossas vidas, molda nossas cabeças e valores éticos e organiza a economia e o poder na sociedade” (Alejandro Chanona). O que se está propondo é a reconstrução de fundamentos filosóficos e éticos da civilização humana para a sustentabilidade da vida no planeta.

São visões de mundo, e paradigmas enfrentados neste novo século. Não temos como fugir de uma reflexão mais aprofundada que oriente nossas ações locais. A atual crise “civilizatória”, como a nomeia Marina Silva, requer criatividade e “terá que ser enfrentada por todos nós.” Rio+20 é um momento importante nesse embate de visões de mundo do qual não poderíamos nos excluir, mas sabemos que só representa parte de um processo, que não começou ontem nem se esgota em junho de 2012.

Lola Campos Rebollar
Coordenadora Técnica da OPAN



Foto: Flavio André Souza/OPAN

Concentração fundiária e conversão total dos recursos essenciais aos povos indígenas em lavouras de grãos para exportação – paisagem dominante no norte de Mato Grosso.

12 anos de excelência no atendimento à saúde indígena

Foto: Arquivo/OPAN



Enfermeiro fazendo pré-natal.

No âmbito e contexto das Conferências Nacionais de Saúde Indígena e no processo de ampliação das ações do Estado brasileiro, a OPAN foi procurada para contribuir no estabelecimento de serviços de saúde que chegassem até as aldeias indígenas.

Assim, em 1999, a OPAN assumiu um compromisso direto com três povos: Enawene Nawe, Myky e Manoki. Entretanto, participamos ativamente de todas as discussões, conselhos e questões relativas ao Distrito de Cuiabá.

A proposta de atuação era oferecer um serviço atento às especificidades sociais e culturais dos povos Enawene Nawe, Myky, e Manoki. O modelo seria diferente daqueles prestados ao conjunto da sociedade nacional. Ele visava fortalecer a organização desses povos e dos DSEIs na concretização do Subsistema de Saúde Indígena, contribuindo para a consolidação de uma Política Nacional de Saúde Indígena (PNASI).

Para registrar essa trajetória de 12 anos foram produzidos relatórios que oferecem uma reflexão sobre a experiência acumulada na atenção à saúde dos povos Myky, Manoki e Enawene Nawe no Polo Brasnorte (MT). Essas análises foram encomendadas pela OPAN a especialistas que pudessem contribuir com competência técnica para subsidiar os rumos que serão dados daqui por diante na saúde indígena.

O conjunto de estudos constitui uma retrospectiva histórica, tanto da perspectiva da execução dos serviços pela conveniada, quanto das perspectivas demográfica, epidemiológica, antropológica e nutricional desses povos, resultantes da organização e execução dos serviços prestados.

A OPAN espera que os resultados apontados por esses estudos, bem como as proposições e recomendações registradas, possam inspirar a atuação dos diversos agentes e órgãos envolvidos com a Saúde Indígena, consolidando o direito reservado e reconhecido aos povos deste país.

O debate climático na pauta indígena



Foto: Flávio André Souza/OPAN



Foto: Artema Lima/OPAN

O debate acerca de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+) e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) tem dividido opiniões e posições. De um lado inúmeras instituições têm apontado os perigos e contradições da mercantilização dos recursos ecossistêmicos como uma solução para a questão climática planetária, mas, de outro lado, figuram as instituições que têm investido na busca de mecanismos de salvaguarda e que, de alguma forma, estão envolvidas na implementação de iniciativas piloto dessa natureza.

Nesse sentido, a posição da OPAN tem sido a de apoiar a inclusão dos povos indígenas no debate, com o intuito de que estes possam de forma autônoma, pautar as discussões a partir de seu ponto de vista sobre o tema.

Percebemos que as organizações indígenas recebem informações ainda insuficientes, e ficam ausentes na maioria dos debates. Diversos povos vêm assinando contratos de alienação de carbono e até do uso ou direito à biodiversidade em seus territórios. São contratos precários do ponto de vista legal, altamente lesivos aos direitos indígenas, e sem endosso da FUNAI. Mesmo assim, criam situações de fato e se cercam de cláusulas que podem vir a validá-los em mercados de carbono piratas, que não incorporam os princípios, diretrizes e salvaguardas em relação às terras indígenas.

Em 2011, a OPAN acompanhou eventos que discutiram a temática de mudanças climáticas e REDD em Mato Grosso, como a oficina com lideranças indígenas sobre a Minuta de Anteprojeto de Lei do Sistema Estadual de REDD+. Durante este encontro ficou definida a criação de um grupo de trabalho de REDD Indígena, com o objetivo promover seminários em cinco regiões do estado (Xingu/Cana-

rana, Xavante, Noroeste/Juína, Norte/Colíder, e Baixada Cuiabana). Entre os dias 23 e 26 de outubro aconteceu Seminário Regional no Parque Indígena do Xingu, o primeiro e até agora único encontro regional realizado a partir da demanda indígena por mais formação e discussão. Naquela oportunidade, cerca de 100 representantes indígenas debateram sobre a construção de uma proposta de REDD+ Indígena, que permitisse aos povos interagir de forma mais efetiva nas discussões sobre a elaboração de marcos legais.

As organizações indígenas de Mato Grosso têm buscado assumir o protagonismo a partir de uma avaliação crítica do processo de construção da minuta, demandando a reavaliação desta dinâmica e propondo encontros que permitam a participação indígena não apenas para construção do projeto de lei, mas principalmente, na discussão sobre a viabilidade da implementação de mecanismos de REDD+ em terras indígenas. A adesão dos indígenas à discussão conduzida em nível estadual foi, a nosso ver, o maior ganho. Vislumbrou-se uma mudança de paradigma, já que até aquele momento o protagonismo indígena em relação ao tema vinha acontecendo de forma expressiva apenas nas instâncias federais, com participação também da FUNAI em GTs criados por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em vista das Conferências da ONU em Cancun (México) e Durban (África do Sul).

Mesmo diante de um cenário de ampliação da participação indígena no debate, a OPAN avalia a necessidade de repensar os modelos de consultas públicas que vem sendo realizados, bem como as metodologias adotadas nestas discussões, levando em consideração que não houve participação indígena quando da elaboração da minuta.

Discutindo o clima

Foto: Arquivo OPAN



A partir da oficina, foram produzidos 5 mil exemplares da publicação "Avaliação Ecológica do Milênio e o pensamento indígena".

A OPAN investiu fortemente em 2011 em eventos como o Seminário sobre Mudanças Climáticas no âmbito do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), do qual faz parte da coordenação. Naquela oportunidade, movimentos sociais e ambientalistas compartilharam mecanismos de atuação dentro do tema das mudanças climáticas, problematizando ainda a questão da diversidade de posições das entidades ligadas ao FORMAD em relação à temática do REDD. Também avançou na discussão junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA) na definição de critérios qualitativos para repartição de recursos do ICMS Ecológico e se envolveu na organização da oficina sobre a Avaliação Ecológica do Milênio, quando depoimentos como os que veremos a seguir fundamentaram a elaboração de um fascículo com a perspectiva indígena sobre as

consequências das mudanças nos ecossistemas, quando puderam ser demonstrados seu modo de vida, sua visão, conflitos que os ameaçam e propostas para enfrentá-los.

"Nós estamos ilhados. Semana passada bateu uma ventania como eu nunca tinha visto e deixou a nossa terra vermelha. O agrotóxico das lavouras que nos cercam entrou e nos contaminou. Nós sabemos que ele não vem só pelo avião, vem pela poeira também. E, na época da chuva, ele vem pelos rios. Antigamente não tinha isso". (Manoel Kanuxi, cacique do povo indígena Manoki).

Participaram os povos Nambikwara, Kayabi, Myky, Xavante e Manoki, a partir de uma parceria entre a OPAN e a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (Remtea), GPEA e Instituto Caracol.

Direitos indígenas ameaçados



Foto: Laércio Miranção/OPAN

***“A gestão serve para quem?
Aos indígenas ou ao estado?
Precisamos estar atentos às formas de
legitimar interesses externos através da
participação não efetiva, mas apenas
formal dos povos indígenas nesse processo.
Os empreendimentos fazem parte dessa
lógica de liberar o uso do entorno,
do projeto de avanço do crescimento
governamental através do PAC”
José Ângelo Nambiquara.***

As populações indígenas de todo o país têm vivenciado um quadro político de contestação de seus direitos estabelecidos, enfrentando conflitos que se traduzem na redução de seus territórios, na pressão do entorno de sua área de ocupação, na condição da terra demarcada (fechada e limitada). Exemplos disto não faltaram em 2011. Quando da aprovação da lei do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso (ZSEE), 14 terras indígenas foram sumariamente excluídas. Acrescenta-se ainda o desmonte da Superintendência de Assuntos Indígenas do governo do estado, e a formação de um Grupo de Trabalho, no âmbito da Assembleia Legislativa, para rever as demarcações de terras indígenas em Mato Grosso. Por fim, mas não menos grave, uma lei estadual tentou forjar a transferência dos Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé para o Parque Estadual do Araguaia, o que é inconstitucional.

Foi em meio a este contexto que, em 2011, a OPAN desenvolveu ações de apoio à parti-

cipação e realização de fóruns de articulação política, como o seminário “O Zoneamento de Mato Grosso: avaliação e perspectivas”. Ao desconsiderar 14 terras indígenas, o zoneamento aprovado passa a se constituir num instrumento legal inconstitucional, violando o reconhecimento aos territórios indígenas, protegidos pela Constituição Federal. No caso da Terra Indígena Manoki que já está demarcada, de modo algum ela poderia ter sido tratada como se não existisse.

Previendo ainda o investimento na formação dos grupos interlocutores, reconhecidos e indicados pelo contexto comunitário para participação nas esferas de controle social de políticas públicas, a OPAN promoveu o seminário “Gestão Territorial Indígena: resultados, experiências e desafios”, com a participação de 13 etnias. O encontro propiciou a troca de experiências sobre a elaboração de planos de gestão, a implementação da PNGATI e iniciativas concretas de gestão territorial indígena em curso, como as experiências do Parque Indígena do Xingu, dos povos Zoró, Suruí e ainda a contribuição do povo Paumari do rio Tapauá, do Amazonas, que vivenciou a construção de seu plano de gestão fomentado pelo Projeto Aldeias.

Apesar do interesse dos povos indígenas em fortalecer e desenvolver novas formas para gerir seus territórios, durante o seminário eles levantaram sua preocupação em relação às políticas governamentais que estimulam a ocupação por modelos predatórios no entorno de suas terras.

Graças a passos como esses, povos indígenas e movimentos socioambientais foram vitoriosos na batalha contra a proposta de zoneamento do Mato Grosso, que seguiu desmoralizada para apreciação do Conselho Nacional do Zoneamento do Ministério do Meio Ambiente. Meses depois ela foi rejeitada por esta instância. Outras peças legislativas danosas aos direitos indígenas continuaram sendo monitoradas nos estados e no Congresso Nacional, como tem sido o caso da PEC 215/00, que propõe retirar do Executivo Federal a atribuição de criar terras indígenas. Organizados, os indígenas redigiram documentos e se mobilizaram contrários a esse tipo de projeto, qualificando a discussão nas cidades, nas aldeias e ganhando destaque também na imprensa.

A OPAN e a construção de planos participativos de gestão territorial indígena



Foto: Laércio Miranda/OPAN

***“A mente, coração e o espírito devem estar juntos para que a gestão aconteça efetivamente. Quando você sabe quem você é, você cuida para andar com mais cuidado no mundo”
Severiá Karajá.***

Diferentes espaços de discussão têm se empenhado em dar contorno conceitual ao que chamamos de gestão territorial indígena. No campo das políticas públicas, este debate ganhou destaque em 2009, com as discussões para construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). De um lado, o Estado reconhece a importância das populações tradicionais para a conservação dos principais biomas brasileiros e, de outro, o próprio movimento indígena debate a necessidade de se estabelecer processos permanentes na área de fomento à sustentabilidade das terras indígenas, associando possibilidades econômicas à proteção ambiental. Em meio a este contexto, a OPAN busca apreender as diferentes dimensões e traduções do que se reconhece como gestão territorial indígena, contemplando a cosmovisão dos indígenas, a ideia dos gestores públicos, dos indigenistas, os conceitos dos acadêmicos, etc.

Os debates e as consultas para a elaboração da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI),

iniciadas em 2009, vêm motivando os povos indígenas a sistematizarem o seu modo de vida, desafios, ameaças e perspectivas locais, com discussões e reflexões realizadas no chão das aldeias. Trata-se de um instrumento político usado para que essas populações sejam respeitadas nas suas diferenças. Os planos de gestão territorial/ou de vida elaborados em variadas regiões do Brasil desenvolveram inúmeras metodologias participativas, discussões e novas parcerias, o que possibilita aos indígenas um maior domínio sobre esta temática.

Para a OPAN, facilitar a elaboração dos planos de gestão territorial indígena significa: fortalecer a gestão local com perspectivas de regras de uso fundamentadas no diálogo entre a cosmovisão indígena e as políticas públicas; legitimar os novos territórios em processo de demarcação com alternativas de uso e renda; construir um instrumento político para subsidiar estratégias de ação e contribuir na gestão local com discussões sobre sustentabilidade, manejo da biodiversidade e práticas nativas.

Ações da OPAN no Amazonas: terras indígenas e biodiversidade



Foto: Andriela Fanzeres/OPAN

Em setembro de 2011, a OPAN concluiu o **'Projeto Aldeias. Conservação na Amazônia indígena'**, iniciativa desenvolvida em terras indígenas das bacias dos rios Jutaí, Juruá e Purus em parceria com Visão Mundial, com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O projeto visava o apoio à gestão territorial nas terras indígenas Rio Biá, Deni, Paumari do rio Tapauá, o fortalecimento das organizações indígenas e a proteção etnoambiental dos isolados Hi Merimã e do povo indígena Suruwaha, ação em parceria com a Coordenação de Índios Isolados e de Recente Contato da FUNAI.

Na fase final do Projeto Aldeias, foram construídos os Planos de Gestão Territorial dos Katukina do rio Biá, dos Deni do rio Xerua e dos Paumari do rio Tapauá. Na escala regional, foram elaborados ao longo do processo os Planos de Vida do Movimento Indígena de Jutaí (junto à organização indígena COPIJU) e

do Movimento Indígena do Médio Purus (com a FOCIMP – Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus). Estes planos foram lançados nas cidades de Jutaí, Carauari e Lábrea em encontros regionais com ampla representação indígena, participação da FUNAI e outros órgãos dos governos federal, estadual e municipal, associações extrativistas, agências socioambientais e entidades parceiras da sociedade civil.

No encontro regional que oportunizou a apresentação do documento Katukina, a COPIJU também apresentou seu Plano de Vida, construído coletivamente entre as aldeias. *"Estamos, através deste documento, pedindo apoio para que tenhamos a nossa qualidade de vida"*, disse o tuxaua Kokama da aldeia Inglaterra, na Terra Indígena Estrela da Paz.

O Projeto Aldeias ensaiou uma metodologia de práticas de gestão territorial indígena,

guiada pelo esforço de interseção entre saberes indígenas e acesso a tecnologias e ferramentas de conservação. Combinou uma componente técnica de etnomapeamento e avaliações ecológicas participativas com o incentivo a uma agenda política entre as aldeias de cada terra indígena, fortalecendo assim a construção de pistas de ação dos indígenas nos seus territórios, a tomada de decisões para a melhoria na gestão dos recursos naturais e a conexão com a rede de atores governamentais e não governamentais que interagem com as comunidades indígenas. Foram dados alguns passos novos na formatação das ações de proteção de povos indígenas isolados, buscando a colaboração das populações do entorno. Os povos paumari e deni construíram procedimentos mais consistentes para a gestão de recursos pesqueiros nas terras indígenas.

Os Katukina do Biá estreitaram seus laços com as organizações e comunidades extrativistas do município de Jutai, à procura de soluções para o manejo e a comercialização de recursos florestais não madeireiros.

É possível afirmar que as organizações indígenas envolvidas no Projeto Aldeias aproveitaram ao máximo as oportunidades para aquecer as suas agendas regionais, dar maior visibilidade às suas próprias pautas com as terras indígenas e com o governo, e inaugurar um itinerário colaborativo com o movimento extrativista, numa relação onde ainda há conflitos e desafios territoriais significativos que requerem uma aliança localizada entre as terras indígenas e as unidades de conservação. Para a OPAN, a experiência do Projeto Aldeias implicou numa possibilidade concreta, local e engajada no âmbito das terras indígenas, de contribuir no processo de construção da Política Nacional de Gestão em Terras Indígenas (PNGATI).

Foto: Arquivo/OPAN



DENI



Foto: Arquivo/OPAN

A mobilização de parceiros locais para a apresentação do Plano de Gestão Territorial do povo Deni do rio Xeruã, em setembro de 2011, abriu portas para parcerias importantes. Os indígenas puderam estreitar relações com populações vizinhas na Reserva Extrativista Médio Juruá, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e Associação dos Produtores de Carauari (Asproc). Em especial, os Deni conheceram mais profundamente como funciona o comércio ribeirinho solidário, do qual desejam fazer parte.

Diante de cerca de 70 pessoas, lideranças Deni, Kanamari e Kulina expuseram demandas comuns a esses três povos aos representantes do poder público presentes ao evento, como Secretaria do Estado para os Povos Indígenas (SEIND), FUNAI, SESAI, ICMBio, CEUC e administrações municipais, reforçando a possibilidade de continuidade do diálogo em locais tão remotos.

“Agora o povo Deni tem Plano de Gestão. Esse documento vai ajudar Deni a planejar como viver bem hoje e no futuro. Agora Deni vai trabalhar com Plano de Gestão e esperamos que melhore nossa vida nas aldeias”, disse Baba Hava Deni, tuxaua da aldeia Boiador.

KATUKINA



Foto: Andreia Fanzeres/OPAN

Plano de Gestão do Povo Katukina fortaleceu o movimento indígena no Médio Solimões e facilitou diálogo com parceiros.

“Nós fizemos etnomapeamento. Vocês sabem o que é? Só a gente que sabe”. Com voz baixa e serena, Pedro Mendes, líder Katukina da aldeia Gato, mostrou a outros cerca de 200 indígenas reunidos na cidade de Jutai que seu povo agora tem uma ferramenta poderosa. Os Katukina do Biá são os únicos do município com um Plano de Gestão Territorial, que expõe acordos internos entre as aldeias para a gestão dos recursos naturais da Terra Indígena do Rio Biá e suas mais importantes necessidades para compor uma agenda de negociações com parceiros, governamentais ou não.

Reunidos em Jutai, eles atraíram a atenção de autoridades e parceiros locais, que demonstraram bastante interesse em colaborar com as propostas dos indígenas para a gestão e comercialização de recursos. “A Associação dos Extrativistas da Resex do Rio Jutai (ASPROJU) vai fazer o que

estiver ao nosso alcance para escoar e apoiar a produção dos Katukina e outros povos indígenas”, reforçou o presidente da entidade, Francisco da Cruz Freitas Nunes, conhecido como Saimo. Segundo ele, produtos indígenas como vassoura de cipó-títica, óleo de copaíba e de andiroba representam hoje a maior parte do volume comercializado pela associação. “Nos últimos 4 meses, comercializamos 2.400 vassouras Katukina. Antes, o máximo que conseguíamos eram 400 por ano”, completou.

“Temos que agradecer pelos nossos parceiros. Às vezes, a COPIJU ficava numa situação precária, e a OPAN sempre nos ajudou. Vamos continuar. Agora, estamos nos aproximando mais da ASPROJU. Sabemos que os problemas sociais se resolvem de forma coletiva”, concluiu o coordenador de educação da COPIJU, Francisco Peres, o Chico Caju.

PAUMARI

Foto: arquivo OPAN



Foto: arquivo OPAN



A apresentação do plano de gestão do povo Paumari do rio Tapauá foi registrada pelos cinegrafistas indígenas.

Embora o Amazonas seja considerado um dos estados mais preservados da Amazônia, com cerca de 5% da área degradada, são os municípios de sua porção sul que vêm manchando sua reputação. Lábrea e Boca do Acre foram incluídas em 2011 entre os que mais desmatam a Amazônia Legal no Brasil. De acordo com o IDESAM, eles ocupam 6% da área do estado e são responsáveis por 15% do total de desmatamento. A grilagem forte e a abertura de fazendas de pecuária em grandes extensões (de 5 mil a 10 mil hectares), através do uso de fogo e, mais recentemente, até de agentes químicos desfolhantes, são um risco à integridade de unidades de conservação e terras indígenas.

A atuação histórica da OPAN junto a diversos povos indígenas no sul do Amazonas teve, em 2011, o destaque dos trabalhos de fortalecimento da Federação das Organizações Indígenas do Médio Purus (FOCIMP), a elaboração e publicação do Plano de Gestão Territorial do povo Paumari do rio Tapauá. O Encontro Purus Indígena reuniu 150 lideranças da região essa discussão. Graças ao Projeto Aldeias, a FOCIMP se estruturou para instalar coordenações regionais em Pauini, Lábrea, Canutama e Tapauá, numa área que abrange cerca de 40 terras indígenas e 2.100 quilômetros de rio Purus. “Fizemos trabalhos em quatro municípios, oficinas de cartografia social, mapa das terras indígenas do jeito que os indígenas querem, e temos

material para mostrar aos governos”, ressaltou Zé Bajaga.

Outro ponto forte foi o inédito e qualificado trabalho de manejo de pirarucu com os Paumari no âmbito do Projeto Aldeias, que no início sofreu resistências. “No segundo ano de projeto paramos de matar pirarucu em alguns lagos e um ano depois vimos como a população se recuperou. Hoje temos 10 lagos de reserva, sabemos fazer a contagem do pirarucu, temos tudo para tirar todo o nosso peixe de forma legal e sem impacto”, contou Germano Cassiano da Silva, que após o intercâmbio oportunizado pelo projeto para a região da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (único local onde o manejo de pirarucu é licenciado na Amazônia), viu a maior parte de seu povo reconhecer que a iniciativa era um ótimo negócio.

A partir dessas experiências, ficou mais claro para os povos indígenas o que e a quem devem apresentar suas demandas. “Parabéns aos parentes do rio Tapauá pelo plano de gestão. Vocês estão com tudo na mão, agora não podem esmorecer”, apoiou Zé Bajaga, coordenador da FOCIMP. “O governo vai nos dizer em cima do Plano de Vida como ele pode nos ajudar, pois nós conseguimos com muita luta a demarcação das nossas áreas. Mas como estamos? Como vivemos nelas? Estamos cada vez mais imprensados nesses pedaços de terra”, completa Zé Bajaga.

A OPAN se volta para o sul do Amazonas



Foto: Andréia Fanzeres/OPAN

A partir de outubro de 2011, a OPAN começa um novo programa de ações no âmbito do Projeto **“Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas da Amazônia”**, numa iniciativa em parceria com IEB, CSF, ACT Brasil, Metairelá e Kanindé. O objetivo é contribuir para a conservação da biodiversidade e a gestão de terras indígenas e unidades de conservação no sudoeste da Amazônia brasileira. O projeto visa fortalecer iniciativas que promovam o uso econômico sustentável dos recursos naturais dessas terras, tal como previsto na legislação aplicável e nos planos de gestão dessas áreas. O sul do Amazonas e o norte de Rondônia tornaram-se, nos últimos anos, a nova fronteira do desmatamento e hoje enfrentam problemas sociais e ambientais cada vez mais graves.

O avanço da fronteira provoca a grilagem e a violência no campo, o corte ilegal de madeira (com os consequentes incêndios florestais e desmatamento), a expulsão de povos e comunidades tradicionais e a pressão sobre terras indígenas. As organizações parceiras do projeto buscam fortalecer a governança, a conservação da biodiversidade e a gestão ambiental de áreas protegidas no sudoeste da Amazônia brasileira, estabelecendo pontes entre as unidades de conservação de uso sustentável e as terras indígenas.

Seus objetivos específicos são: (i) aprofundar a participação da sociedade civil, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no planejamento e manejo de suas terras; (ii) expandir melhores práticas de manejo ambiental nessas áreas protegidas; e (iii) ampliar oportunidades para o uso sustentável de re-



PROJETO CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM TERRAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

curso naturais nessas terras. As atividades serão desenvolvidas em escala regional no sul do Amazonas, nordeste de Rondônia e noroeste de Mato Grosso, incidindo tanto em unidades de conservação (UCs) que se tornaram focos de uma nova abordagem à conservação da biodiversidade e à proteção da floresta promovida por seus residentes, quanto em terras indígenas (TIs) nas quais os povos indígenas têm caminhado na direção de conceber planos de gestão para os seus territórios.

As atividades previstas no projeto visam gerar alternativas de desenvolvimento socialmente justo e sustentável da região, por meio do fortalecimento da capacidade organizacional de associações locais e municipalidades, fornecendo tanto informações sobre os custos efetivos do desmatamento e de usos alternativos das terras e dos recursos naturais, quanto treinamentos básicos sobre monitoramento da conservação da biodiversidade e manejo de recursos naturais.

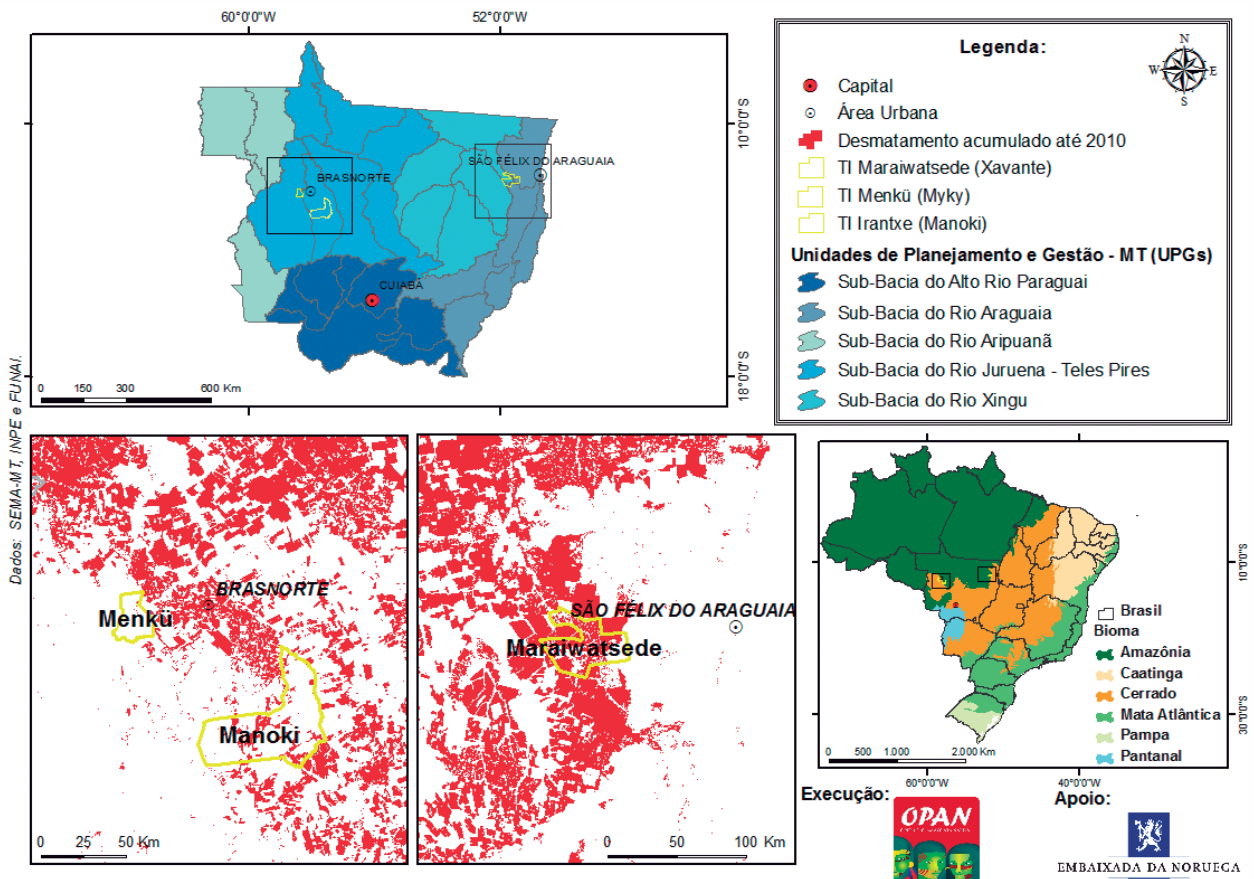
Um dos focos do projeto é a cooperação entre povos e comunidades locais da floresta para gerar oportunidades de diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento do meio

ambiente, e o apoio a iniciativas inovadoras que logrem estabelecer relações positivas entre povos indígenas, agroextrativistas e agentes governamentais. As ações da OPAN se desenvolvem na bacia do rio Purus, junto aos Apurinã da TI Caititu, os Jamamadi da TI Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, os Paumari das TIs Cuniuá, Lago Paricá e Lago Manisusá e no fortalecimento da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus.

Um dos focos do Projeto é a cooperação entre povos e comunidades locais da floresta para gerar oportunidades de diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento do meio ambiente, e o apoio a iniciativas inovadoras que logrem estabelecer relações benígnas entre povos indígenas, agroextrativistas e agentes governamentais



Ações da OPAN no Mato Grosso: gestão territorial e organizações indígenas



Há décadas desenvolvendo ações em Mato Grosso, em 2009 a OPAN reformulou seu modelo de atuação e inaugurou o **Programa MT - Apoio e Fortalecimento da Organização Indígena em Mato Grosso**, abrangendo três terras indígenas nas bacias dos rios Juruena e Araguaia. Tendo como objetivo o fortalecimento dos diferentes modelos de organização indígena como forma de ampliar sua autonomia social, política e cultural, desde 2010 o Programa MT investe no desenvolvimento de ações que visam recursos naturais, simbólicos e econômicos dos povos Manoki, Myky e Xavante de Maraiwatsédé através da qualificação das práticas de gestão dos territórios. Também faz frente às pressões que afetam sua reprodução física e cultural, favorecendo

sua articulação e protagonismo no cenário regional e valorizando seus modos de organização social.

Para isso, a OPAN conta com o apoio financeiro da Embaixada da Noruega, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Misereor e da organização Tierra Sin Males. Insere-se ainda dentro desta estratégia o Projeto Berço das Águas: Gestão ambiental em terras indígenas e alternativas ao desmatamento para os povos do Cerrado, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, com o intuito de criar alternativas econômicas que se consolidem como alternativas ao desmatamento.

DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS QUALITATIVOS PARA REPASSE DO ICMS ECOLÓGICO



Foto: Flavio André Souza/OPAN

Em 2011, a OPAN assinou junto à Secretaria do Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), um termo de cooperação técnica a fim de definir critérios qualitativos para a formulação do índice de correção para o repasse do ICMS Ecológico no estado. A medida pretende estabelecer referências socioambientais para determinar o montante de recursos que este instrumento financeiro de compensação garante aos municípios que abrigam terras indígenas e unidades de conservação em seu território.

Trata-se da correção de uma injustiça. Atualmente, a distribuição dos recursos está pautada apenas em critérios quantitativos. Com isso, alguns municípios que exercem pressão sobre as terras indígenas, acabam, mesmo assim, sendo beneficiados com repasses deste imposto. O município de Alto Boa Vista, por exemplo, é um dos maiores arrecadadores de ICMS Ecológico. No entanto, ainda que este recurso seja oriundo da existência da Terra Indígena Marãiwatsédé, o território indígena está invadido e com 85% de sua área devastada. Mas

a prefeitura continua recebendo os recursos, mesmo sem desenvolver nenhum tipo de ação que vise reverter este quadro. A expectativa é que este panorama mude, uma vez que um mau desempenho no controle ambiental vai influenciar no montante de recursos repassados aos municípios.

Por outro lado espera-se que os municípios estabeleçam termos de compromisso participativos junto às populações indígenas para que parte dos recursos do ICMS Ecológico retorne aos povos com ações que colaborem com o planejamento, manutenção e fiscalização de seus territórios.

Municípios como Juína e Brasnorte, localizados no noroeste de estado, vêm se destacando como pioneiros no estabelecimento deste tipo de acordo. Em 2003, a prefeitura de Juína se tornou a primeira a firmar um termo de cooperação, ao celebrar um convênio com o povo Enawene Nawe e a OPAN para execução do “Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da Terra Indígena Enawene Nawe” de fiscalização e vigilância da área.

Planos de gestão territorial indígena: onde e como estamos facilitando sua elaboração

Em Mato Grosso, a OPAN iniciou a elaboração de planos de gestão territorial com os povos Manoki e Myky no escopo do Projeto Berço das Águas. Seus territórios abrangem uma área aproximada de 430 mil hectares e uma população de 600 pessoas, todas habitantes da região de transição entre o Cerrado e a Amazônia.

Como metodologia, a OPAN contou com o seu histórico de atuação e a contratação de consultores na área ambiental e antropológica com experiência de trabalho e pesquisa junto aos povos Manoki e Myky. Conhecer o calendário nativo nos permitiu estabelecer processos que consideraram as demandas socioculturais sem comprometer a qualidade do trabalho. A proposta pretendeu valorizar

o sistema tradicional de tomada de decisões, a organização social e política dos povos, favorecendo a participação das lideranças tradicionais e estimulando o maior envolvimento possível da comunidade nos processos em curso.

Essa medida esteve a todo momento combinada a técnicas da antropologia, ecologia humana e ciências correlatas. Foi o caso do trabalho junto aos Myky, onde realizamos entrevistas, dinâmicas de grupo focais (meninas solteiras, mulheres casadas, meninos solteiros, homens casados, anciãos e crianças) e prospecções a campo com os atores envolvidos para identificação das áreas de manejo da biodiversidade, mapeamento e zoneamento do território.



Foto: Artema Lima/OPAN



Os objetivos, eixos temáticos, diretrizes e ações destinadas à elaboração do plano de gestão Myky estão em processo de construção e partiu da seguinte abordagem: “O que não pode faltar para o povo Myky?” Esta pergunta gerou uma lista livre de palavras referente à biodiversidade utilizada, as paisagens culturais, pessoas, contextos, itens sagrados e cultura material. Em seguida, essas informações foram agrupadas de acordo com o sentido revelado para cada grupo, sistematizadas numa matriz de SWOT, traduzida para o português como DAFO, consistindo em indicativos de Dificuldades, Ameaças, Forças e Oportunidades, dos contextos elencados pelos Myky. Nos grupos focais, vários mapas mentais e reflexões foram elaborados sobre o cenário atual e de futuro, além de desenhos sobre como os não indígenas fazem a gestão de seus territórios.

Com os Manoki, a abordagem metodológica objetivou primeiramente a atualização de informações disponíveis sobre a integridade ambiental do território e uso da biodiversidade visando gerar dados sobre locais de relevância ambiental, histórico e cultural do território para as oficinas de etnomapeamento. As informações sobre o uso e ocupação do território foram refinadas, identificando as principais ameaças de degradação e invasões dentro do território a partir da leitura de imagem de satélite.

Posteriormente, foi organizada uma expedição in loco aos locais mapeados contanto com a participação das principais lideranças e anciãos, e discussões sobre estratégias de reocupação

do território tradicional. As entrevistas com professores, agentes de saúde, agentes ambientais, lideranças, e dirigentes da associação possibilitaram costurar dados de convivência, riscos, problemas, responsabilidades, sustentabilidade, território, saúde e educação.

Já no campo da educação e saúde algumas questões foram identificadas junto aos Manoki: Qual a situação da educação indígena nas aldeias? Como está estruturado o calendário indígena escolar? Existe articulação com o currículo e os eventos rituais? Quais as dificuldades encontradas? E quais as oportunidades para o futuro? Qual a situação da saúde hoje nas aldeias? O que muda com a secretaria indígena de saúde? Quais os problemas enfrentados? Quais as principais doenças que afetam as comunidades? A mudança alimentar com a entrada de produtos industrializados tem causado problemas? Todas estas questões irão orientar as diretrizes, os eixos e o detalhamento do plano de gestão e os caminhos a percorrer em cada uma delas.

Para a OPAN, a riqueza está em facilitar a elaboração dos planos de gestão territorial está no processo, pensando em metodologias que não são replicadas e sim adaptadas à realidade cultural e local de cada povo. E promovendo os momentos de reflexões e conversas no cotidiano das aldeias.

O tempo se sabe pelas flores, estrelas, é como os antigos ensinaram e a gente também aprendeu (Jamaxi Myky).

Manejo sustentável dos recursos naturais: propostas econômicas como alternativas ao desmatamento



Foto: Artema Lima/OPAN

O modelo de ocupação no entorno das terras indígenas do Mato Grosso tem privilegiado a conversão da vegetação nativa em latifúndios de grãos e pastagens, gerando concentração fundiária e altas taxas de desmatamento que comprometem a qualidade dos recursos hídricos, da biodiversidade e, consequentemente, da qualidade de vida de seus povos. No entanto, por falta de alternativa, alguns povos indígenas acabam adotando esses modelos – como é caso dos arrendamentos dentro de terras indígenas – como fonte de renda. Ao mesmo tempo, surgem cada vez mais experiências, por iniciativa própria ou com apoio de parceiros criando formas inovadoras de manejo, com o fortalecimento dos saberes tradicionais através do diálogo com novas técnicas não indígenas. Desse modo, os povos vêm dando visibilidade a modelos próprios de menor impacto no ambiente, que garantem as funções ecológicas dos territórios demarcados, importantes para os rituais e a soberania alimentar, gerando renda para suas populações.

Inspirada neste segundo modelo, a OPAN tem buscado desenvolver ações que visam apoiar a estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e a soberania alimentar dos povos Manoki, Myky e Xavante.

Estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade

As potencialidades de manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros foram identificadas por meio de expedições às Terras Indígenas Irantxe e Menku em parceria com os indígenas. Nessas oportunidades, foram realizados mapeamentos mentais para determinação das espécies-chave de interesse dos povos dentro dos seus territórios. Além dos resultados do levantamento sobre o potencial das terras, o diagnóstico apontou a importância de alguns recursos encontrados principalmente fora dos limites das áreas – por esta razão reivindicadas pelos Manoki e Myky – mas que ainda aguardam conclusão dos processos de regularização fundiária.



Foto: Flavio André Souza/OPAN

Com apoio da OPAN, os Myky construíram um viveiro para quatro mil mudas de espécies como seringueira, ingá, jatobá e outras. Dessas, 600 mudas de seringueira foram plantadas em áreas de capoeira e mudas de outras espécies vêm sendo cultivadas nos quintais e entorno da aldeia. Já o povo Manoki optou pela formação de dois grandes viveiros nas aldeias maiores, com capacidade estimada em 30 mil mudas cada. Neste caso, o êxito esteve na produção do pequi, espécie da qual foram semeados aproximadamente 600 quilos de sementes. Muitas famílias engajaram-se na produção de mudas nos próprios quintais, chegando, em alguns ca-



sos, à produção de 600 unidades. Ao todo, foram produzidas mais de seis mil mudas de pequi pelas famílias Manoki.

No noroeste de Mato Grosso, a coleta de sementes nativas, prática tradicional entre os indígenas, foi amplamente apoiada por meio de acompanhamento, pesagem, beneficiamento, armazenamento e comercialização. Cerca de 150 indígenas participaram dessas atividades e, juntos, obtiveram renda supe-



Vamos plantar o pequi onde está degradado. Nós temos toda essa potencialidade de gerar recurso, isso é um sonho que a gente tem. O sonho são os caminhos que a gente tem. (Manoel Kanunxi).

rior a oito mil reais com a venda 1,5 toneladas de sementes. Num primeiro momento, elas foram adquiridas pelo próprio projeto e doadas aos viveiros das aldeias. A diversidade de espécies nativas, incluindo copaíba, ingá, jenipapo e peroba, é importante no contexto regional, podendo atender futuramente a centenas de propriedades que precisam reflorestar áreas degradadas.

Entre os Xavante de Marãiwatsédé, a comercialização das sementes, iniciada em 2011, se deu com a constituição de um grupo de coletoras dentro da Rede de Sementes do Xingu¹. Na primeira venda foram comercializados 38 quilos de sementes de cinco espécies, gerando uma média de 290 reais para 16 mulheres. Mais do que a recompensa financeira, a coleta de sementes representa um estímulo ao uso cotidiano de sementes nativas em meio à escassez de recursos naturais no território xavante. O trabalho dos coletores é maior do que apenas o recolhimento das sementes na mata. Ele inclui a preocupação de não exaurir as árvores matrizes e orientação sobre boas práticas quanto ao armazenamento e ao beneficiamento das sementes.

O sucesso dessas iniciativas deve-se ao apoio qualificado de demandas indígenas, a partir das atividades tradicionais e dos interesses da comunidade na gestão de seu território. O incentivo à autonomia é estratégico para que as ações de importância socio-ambiental e econômica consolidem alternativas reais ao desmatamento entre o Cerrado e a Amazônia.



¹ A Rede de Sementes do Xingu é uma ação desenvolvida pelo Instituto Socioambiental (ISA) no âmbito da Articulação Xingu Araguaia (AXA), da qual a OPAN faz parte.

Enriquecimento das roças e quintais

Dentro das ações de apoio à soberania alimentar do povo Xavante de Marãiwatsédé, a OPAN estimula o plantio de espécies relevantes em termos culturais e nutricionais. Em 2011 foram distribuídas duas mil mudas frutíferas, uma tonelada de cará, 250 quilos de feijão, plantados nos quintais e roças das 85 casas. Além disso, foi implantado um pomar na escola da aldeia, com a participação de alunos, professores e funcionários. Essas ações possibilitam observar algumas mudanças significativas na paisagem da aldeia, estabelecida em 2004 numa área convertida em pasto pelos ocupantes ilegais, dentro do processo de luta pela retomada do território xavante.

Em parceria com as instituições da Articulação Xingu Araguaia (AXA), foi organizada uma oficina de uso controlado e manejo do fogo. Isso culminou com a criação de uma campanha para o envolvimento de toda a comunidade nessa questão, já que o fogo é hoje um dos principais fatores de degradação da Terra Indígena Marãiwatsédé. As pastagens abertas pelos invasores hoje permitem que um pequeno foco de incêndio de alastre por quilômetros em poucas horas, destruindo roças e comprometendo os escassos recursos ainda disponíveis para a comunidade (caça,

pesca e coleta de frutas, raízes, remédios, entre outros).

Fortalecimento das organizações indígenas

Desde a perspectiva da OPAN, o fortalecimento da organização indígena passa pelo reconhecimento das inúmeras formas em que ela se apresenta. Pretendemos colaborar com a organização local – tanto a ‘tradicional’ quanto novas formas emergentes no contexto de interação com a sociedade brasileira – na busca de modelos que consolidem canais de interlocução com o Estado e sociedade em geral na formulação, estruturação e controle social de políticas públicas de seu interesse. Nesse sentido, o Programa MT tem direcionado seus esforços não apenas para a capacitação administrativa/financeira dos gestores das associações indígenas, mas para o apoio a uma maior participação indígena em redes e articulações regionais. Ainda ao longo de 2011, a OPAN deu continuidade ao acompanhamento permanente da Associação Watoholi, do povo Manoki, na execução do projeto “Centros de Memória Indígena Manoki”, que tem como objetivo fortalecer as manifestações culturais.



Foto: Adriano Gambarrini/OPAN

INCLUSÃO DO YAÖKWA NA LISTA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA UNESCO

Foto: Marcus Matthe/Greenpeace



Um dos mais longos rituais indígenas da Amazônia brasileira, o Yaökwa foi incluído na lista do Patrimônio Imaterial da Unesco. Isso significa que as cerimônias do povo Enawene Nawe, do noroeste do Mato Grosso, estão no topo das prioridades de salvaguarda pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2010, o Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já havia aprovado o registro do ritual Yaökwa como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira.

Durante sete meses do ano, os Enawene Nawe celebram o Yäokwa. O cerimonial consiste na única forma de garantir a ordem cósmica e social na aldeia Halataikwa, apaziguando a ira dos espíritos Yakairiti e evitando que estes causem doenças e mortes. Cada um dos clãs assume uma tarefa específica, como a pesca nos rios da

região, preparação de oferendas, músicas e danças.

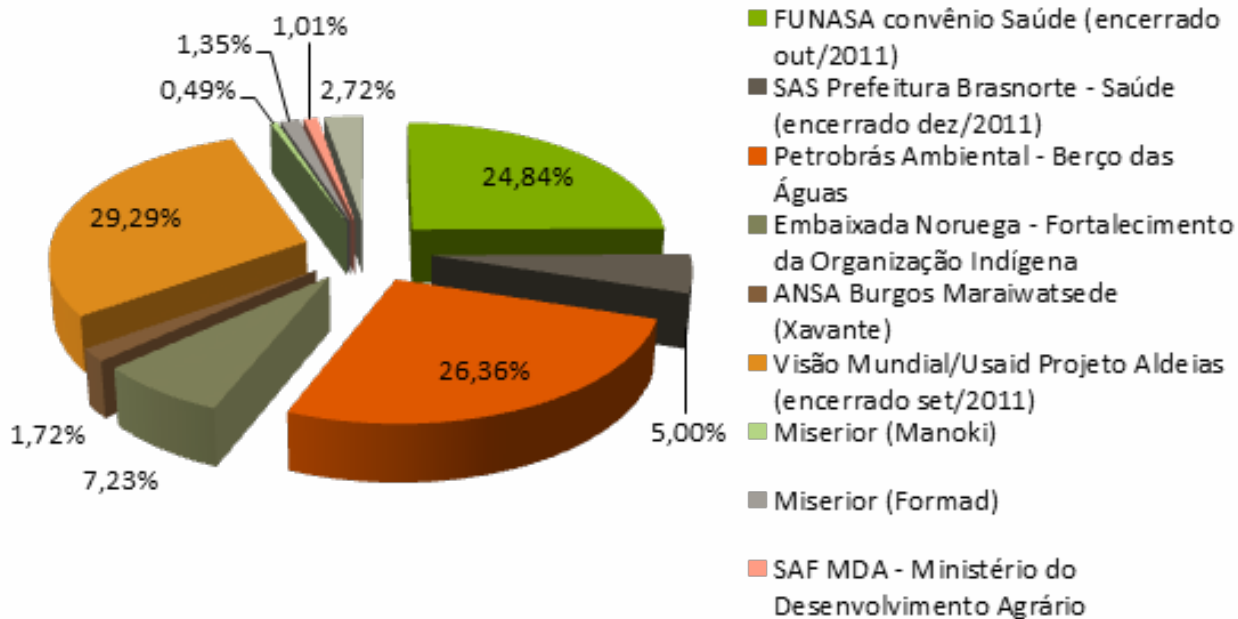
No entanto, a disponibilidade de peixes na Terra Indígena Enawene Nawe está ameaçada pelas frentes de desmatamento no seu entorno e, principalmente, pela construção de um complexo de hidrelétricas no rio Juruena, o que já modificou a dinâmica hídrica e reduziu a abundância da pesca, essencial para a cosmologia e para a alimentação deste povo indígena, que não consome carne vermelha.

A OPAN trabalhou junto aos Enawene Nawe por mais de 35 anos, apoiando ações de identificação e demarcação territorial, fortalecimento político, atendimento à saúde, registro e valorização cultural, fomento à produção de alimentos, alfabetização na língua materna e diagnóstico de recursos naturais.

Gestão financeira

Financiadores das atividades da OPAN em 2011

No quadro a seguir, apresentamos a relação das fontes de recursos de 2011, com as respectivas percentagens, perfazendo um total de R\$ 6.142.711,13.



Para o ano de 2011, pudemos contar com um volume de recursos adequados para a realização das atividades previstas. No Amazonas cumpriu-se o terceiro ano do Convênio OPAN-Visão Mundial, com financiamento da USAID, para a execução do Projeto Aldeias. Em setembro, encerrou-se este convênio que em sua etapa conclusiva promoveu seminários regionais em Jutai, Carauari e Lábrea (AM) para apresentação e aprovação de planos de gestão territorial e planos de vida, cuja implementação demanda a participação de atores municipais e estaduais.

Ainda no Amazonas, tivemos sucesso na construção e aprovação de uma nova proposta, novamente com recursos da USAID, num consórcio sob a liderança do IEB. O novo programa, embora bem menor, irá viabilizar a continuidade e ampliação das ações da OPAN na região do Médio Purus, ali incorporando outros povos. Para os Deni (do rio Xeruã) e



Foto: Arquivo/OPAN



Katukina, do município de Juaí, que não puderam ser incluídos na nova proposta, está prevista a busca de outros parceiros e recursos, em 2012.

Em Mato Grosso, a OPAN vinha há 12 anos executando um convênio com a FUNASA e com o SAS (via Prefeitura Municipal) para atenção à saúde dos povos Manoki, Myky e Enawene Nawe, no Polo Brasnorte. Em outubro, encerramos o convênio com a FUNASA e, em dezembro, com o SAS Brasnorte. É importante destacar que a conclusão desses projetos, apesar de sua complexidade e magnitude, não deixaram passivos que pudessem trazer dificuldades institucionais para a continuidade dos demais trabalhos.

No estado mato-grossense, o principal parceiro da OPAN é a Embaixada da Noruega, para apoio institucional e para a implementação do Programa Mato Grosso, mantendo interfaces com os projetos locais nas regiões noroeste e leste do estado (Araguaia). Em 2011, ressalta-se a aprovação de um contrato de patrocínio de dois anos com a Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, para desenvolvimento do Projeto Berço das Águas: gestão ambiental em terras indígenas e alternativas econômicas para o Cerrado.

Os recursos e as ações deste projeto foram incorporados à estratégia da OPAN no Mato

Grosso, fortalecendo e ampliando as ações do Programa MT, além de assumir os custos de manutenção de um profissional para a gestão, promover intercâmbios e mobilização dos povos em torno de pautas como o zoneamento e a gestão territorial. Assim, também a construção de planos de gestão veio fortalecer uma das estratégias do Programa Mato Grosso.

Durante o ano, mantivemos uma negociação com Manos Unidas (Madri, Espanha) para a continuidade do projeto Marãiwatsédé a partir de 2012, quando se encerra o convênio com a ANSA, apoiado com recursos de Burgos. Voltamos a renovar com Misereor (Alemanha) um projeto trienal para atendimento do povo Manoki. Além disso, a instituição alemã financia também um programa de Monitoramento de Políticas Públicas no Mato Grosso executado pelo FORMAD. A administração destes recursos está a cargo da OPAN.

Em 2012, colocam-se os desafios de dar continuidade a duas frentes importantes no Amazonas com os povos Deni e Katukina, com a busca de recursos junto a novos parceiros. Em Mato Grosso, além de concluir as ações previstas no Projeto Berço das Águas e consolidar o Programa Mato Grosso, pretendemos alavancar recursos – ainda que em escala menor – para atender situações específicas como aquela do povo Xavante de Mãriwatsédé.

Publicações e produções audiovisuais

MOPO'I: O MENINO MANOKI

O filme Mopo'i: o menino Manoki, venceu em outubro de 2011 duas categorias do 18º Festival de Cinema e Vídeo de Cuiabá (Cine-mato): o Prêmio Especial do Júri e o Melhor Vídeo Mato-grossense. A produção audiovisual se propôs a contar um dos mitos mais importantes para os Manoki e outros povos indígenas da região: a origem da roça. De acordo com o cacique Manoel Kanuxi, que também participa do filme, o festival foi de grande importância para a divulgação e valorização da cultura Manoki. O vídeo é falado na língua Manoki e conta a história de um bebê que aos três meses solta polvilho da pele ao ser banhado. Anos depois, o garoto pede ajuda da mãe para ser enterrado por se sentir rejeitado pelo pai. Apesar do sofrimento da família, todos são surpreendidos pela transformação do menino em roça, fornecendo, assim, alimento para o povo Manoki.

A direção do filme é de Sergio Lobato, com produção da Associação Indígena Watoholi, OPAN, Sergio Lobato Produções, Terra do Sol e Lamiré. O elenco é composto por Robert Tamuxi, Giovane Tapurá, Marina Kamuni, Manuel Kanuxi, Alonso Irawali.

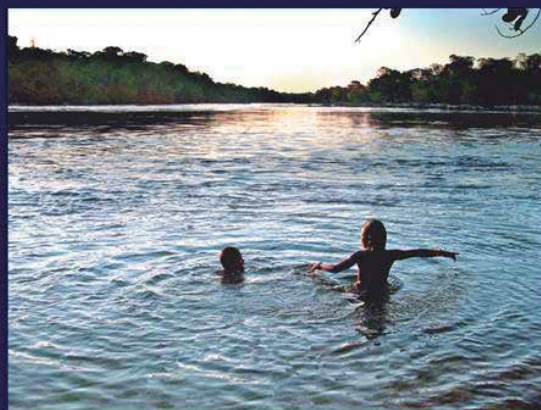
Foto: Arquivo/OPAN



Foto: Arquivo/OPAN

Reflexões Indigenistas

OPAN
Operação Amazônia Nativa



Rinaldo S. V. Arruda
Andrea Jakubaszko
Marcos de Miranda Ramires
(organizadores)



editora
Curt Nimuendajú



REFLEXÕES INDIGENISTAS

Em novembro de 2011, foi lançado na 2ª Feira do Livro Indígena de Mato Grosso (FLI-MT) o livro "Reflexões Indigenistas", publicado pela editora Curt Nimuendajú em parceria com a OPAN. O livro, de 216 páginas, reúne 13 artigos inéditos escritos pelos indigenistas da OPAN, que revelam aspectos diversificados dos povos Tupi-Kagwahiva, Katukina do Biá, Paumari, Deni, Enawene Nawe, Xavante de Marãiwatsédé e Manoki. Os textos representam uma valiosa e atual contribuição à compreensão da questão indígena nos estados do Mato Grosso e do Amazonas, trazendo, por exemplo, discussões sobre as consequências da instalação do complexo hidrelétrico Juruena para o povo Enawene Nawe, as drásticas alterações ambientais na Terra Indígena Marãiwatsédé e seus impactos sobre a cultura dos Xavante que ali residem, e os desafios socioeconômicos do povo Manoki, entre outros destaques.

MARÃIWATSÉDÉ: TERRA DE ESPERANÇA



Foto: Ramón Alegre Rincón

O debate sobre o domínio da Terra Indígena Marãiwatsédé, no nordeste de Mato Grosso, motivou, ao longo de 2011 uma verdadeira força-tarefa para registro, pesquisa e edição do livro Marãiwatsédé – Terra de Esperança, que reúne elementos históricos, culturais, jurídicos e antropológicos para a compreensão da luta do povo Xavante pela permanência e domínio pleno do seu território. O livro foi escrito pelo indigenista Marcos de Miranda Ramires, que viveu entre os Xavante entre 2009 e 2011, realizando levantamentos e reunindo documentos essenciais na região sobre o processo articulado com apoio de políticos para a invasão do território de Marãiwatsédé após o anúncio de que aquela terra seria devolvida aos indígenas que haviam sido retirados à força de lá nos anos 60, durante a ditadura militar.

A publicação faz parte de um conjunto de ações que cobram o cumprimento das promessas feitas durante a Eco 92, quando o governo brasileiro e a empresa italiana Agip Petróleo, que na época ocupava o território Xavante, se comprometeram a devolver a área aos seus legítimos donos. Mesmo após a sentença judicial proferida no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 2010, que reconheceu o direito dos Xavante ao território e considerou que os ocupantes não indígenas entraram na área de má-fé, até agora ninguém foi retirado. Os Xavante não aceitam sair da terra legalmente demarcada pelo governo brasileiro para eles, mesmo com todas as pressões ambientais e políticas da região. Sonham em ter de volta a terra como ela era e não medirão esforços para isso. A OPAN se propõe a estar junto com eles nessa caminhada.

Equipe 2011

DIRETORIA

Presidente
Rinaldo Arruda

Secretária
Vanessa Caldeira

Tesoureira
Andrea Jakubaszko

COORDENAÇÃO

Coordenador geral
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenadora técnica
Lola Campos

Coordenador financeiro
Ivo Schroeder

COMUNICAÇÃO

Andreia Fanzeres

SECRETARIA

Lucirlene Silveira

PROGRAMA AM

Coordenador de programa
Miguel Aparicio Suárez

Coordenador de campo
Fernando Penna

Administradora
Rochele Fiorini

Aux. administrativo
Fernanda Oliveira

Equipe indigenista
Gustavo Silveira
Marcelino Soyinka
Genoveva Amorim
Mônica Spinelli
Edemar Treuherz
Ricardo Carvalho

Técnico pesqueiro
Saíde Barbosa

Comunicação Audiovisual
Sérgio Lobato

Logística
Carlos Araújo
Leopoldo Barbosa

PROGRAMA MT

Coordenadora do Programa MT
Juliana Almeida

Equipe Noroeste

Coordenador de campo
Fabiano da Matta

Engenheiro florestal
Lucas Trevisan

Técnico ambiental
Rodolfo Ferraz

Educadora ambiental
Artema Lima

Indigenista
Marcos de Miranda Ramires

Equipe Araguaia
Carolina Delgado de Carvalho
Paulo Jasiel
Vinícius Benites Alves

Administração
Tadeu Escame

CONVÊNIO OPAN-FUNASA

EQUIPE DE ÁREA

Adriana da Silva Barbosa, Aldenisa Carneiro da Silva, Alerson Luiz Wagner, Ameiro Yokwariene Kaholase Enawene, Ana Carla Prado Oliveira, Ana Marilza Mnistsi, Angelita Deraldina Mozer, Arlindo Gilberto O. Leite, Catarina Lourdes, Claudinei Santana, Cleacir Alencar Sá, Cleonice Nasi Irantxe, Daliyamasee Enawene, Denise Cristina Stocker, Deonízia Rosa da Silva Jesus, Edinalva Cristianele Kutitxi, Edio Ferreira Paes, Elizete Jemusi, Fernanda Delfino Miranda, Fernanda Dias Pessoa, Gerson Garcia Queso, Gilson Berns, Gonçalves Agostinho dos Santos, Ivar Luiz V. Busatto, Ivo Schroeder, Jaidna Rios Reis, José Gabriel Warakuxi, Jucirene Camargo da Silva, Jussara Eustáquia de Avila Pereira, Kamunu Myky, Kamuu Myky, Kiwuxi Myky, Klebson Azevedo Santos, Lalokwarise Detalikwaene Enawene, Lucimar K. Wazeragyra, Lucinéia SantAnna de Souza, Luiz Antonio de Almeida, Marco Tetsuo Miyashita Fumoto, Marcos Messias da Silva Ferreira, Maria Angelina Kamunstsie, Maria Aparecida de Freitas, Maria de Fatima Naasi, Maria Fátima Ferreira da Silva, Maria Izabel Naasi, Romildo Orenaezokae, Rosa Maria Monteiro, Rosa Marlene Correia, Sandrelina de Oliveira Silva, Simone da Silva e Silva, Soeli Weiss, Solano da Silva Correa, Vitório Vilmar Zanardi, Warakuxi Myky, Wemerson Rezende da Silva, Xoxokwa Enawene, Zilmar Candido da Silva

SAS BRASNORTE

Wilma Pereira do Prado, Lurdite Rodrigues, Adimilson Conceincio Pereira, Tania Lima Alvarenga, Diana Angélica Ribeiro, Timia Towairione Enawene, Kanawarikwa M K Enawene, Dalokwalise Enawene



Expediente

Edição de textos e imagens: Andreia Fanzeres

Projeto gráfico: **IRIS DESIGN**
www.irisdesign.com.br
Abilio Junior e Samantha Iris

Impressão:
Ligraf

Contato:

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Av. Ipiranga, 97, Bairro Goiabeiras, Cuiabá – MT
CEP 78032-035

Telefone: 55 (65) 3322-2980

Fax: 55 (65) 3322-4161

comunicacao@amazonianativa.org.br

Twitter: [@amazonianativa](https://twitter.com/amazonianativa)
facebook.com/amazonianativa
www.amazonianativa.org.br

Parceiros







